

VIAGEM AO JAPÃO

# Vinícius se reúne com lideranças do Grupo Fuji Oil/Harald

**Chefe do Executivo visitou, na sexta-feira, as instalações da indústria, em Osaka. Multinacional japonesa confirmou que vai expandir seus negócios em Marília**



Prefeito Vinícius recebido pelo presidente Yoshitaka Ebihara

O prefeito Vinícius Camarinha participou, nesta sexta-feira, de uma agenda bastante positiva no Japão. O chefe do Executivo visitou as instalações do Grupo Fuji Oil, em Osaka, sendo recepcionado pelo presidente Yoshitaka Ebihara; e pelo diretor global, Tomoyuki Yoshida. "Os empresários japoneses nos apresentaram as suas instalações industriais e o potencial de investimentos do Grupo Fuji Oil. Eles se mostraram bastante entusiasmados com os investimentos que vão realizar na América do Sul, especialmente com a indústria da Harald Chocolates em Marília", comentou o prefeito Vinícius Camarinha.

Atualmente, o Grupo Fuji Oil responde por um faturamento de R\$ 15 bilhões ao ano. "Foi uma reunião bastante positiva e de consolidação dos investimentos para a nossa cidade. Neste momento de retração econômica em que vive o Brasil, com empresas fechando as portas ou demitindo funcionários, estamos buscando novas oportunidades para a geração de empregos e renda, especialmente

com recursos vindos do exterior", destacou o chefe do Executivo.

**Outra indústria no Ramo Alimentício** - O prefeito Vinícius Camarinha também iniciou os contatos e as negociações com outra grande multinacional japonesa, a Calbee - considerada uma das maiores empresas do mundo no ramo alimentício. A multinacional possui unidades industriais, além do continente asiático, também na Europa e América do Norte.

"Fomos muito bem recebidos pelos dirigentes do grupo japonês. Aproveitamos o encontro para apresentar a nossa cidade. Eles estão interessados em expandir os negócios para a América do Sul e ficaram também impressionados com a infraestrutura de Marília e com as potencialidades de mercado que o município pode gerar", ressaltou o prefeito Vinícius Camarinha.

**Harald Chocolates vai investir R\$ 50 milhões em Marília**

O Grupo Fuji Oil é o acionista majoritário da Harald Chocolates, que vai instalar



Visita às instalações da empresa Fuji Oil em Osaka

uma unidade industrial no distrito de Lácio. A área de 50 mil metros quadrados foi doada pelo Executivo e aprovada pela Câmara Municipal, em novembro do ano passado. "O investimento previsto é de R\$ 50 milhões para a construção de um prédio de 18 mil metros quadrados, visando gerar inicialmente 500 empregos diretos. Hoje, a Harald é uma potência mundial na produção de alimentos, líder do mercado de choco-

late industrial com comercialização no Brasil e exterior. Na contramão da grave crise econômica que o país enfrenta, o nosso governo conquistou essa grande indústria para gerar empregos e renda para o município. Depois da RCG estar produzindo lâmpadas LED, em breve, teremos a Harald Alimentos. É Marília em grande desenvolvimento, apesar da forte recessão do país", destacou o prefeito Vinícius Camarinha.

## PLANO PLURIANUAL

# Dilma veta energias renováveis não hidráulicas

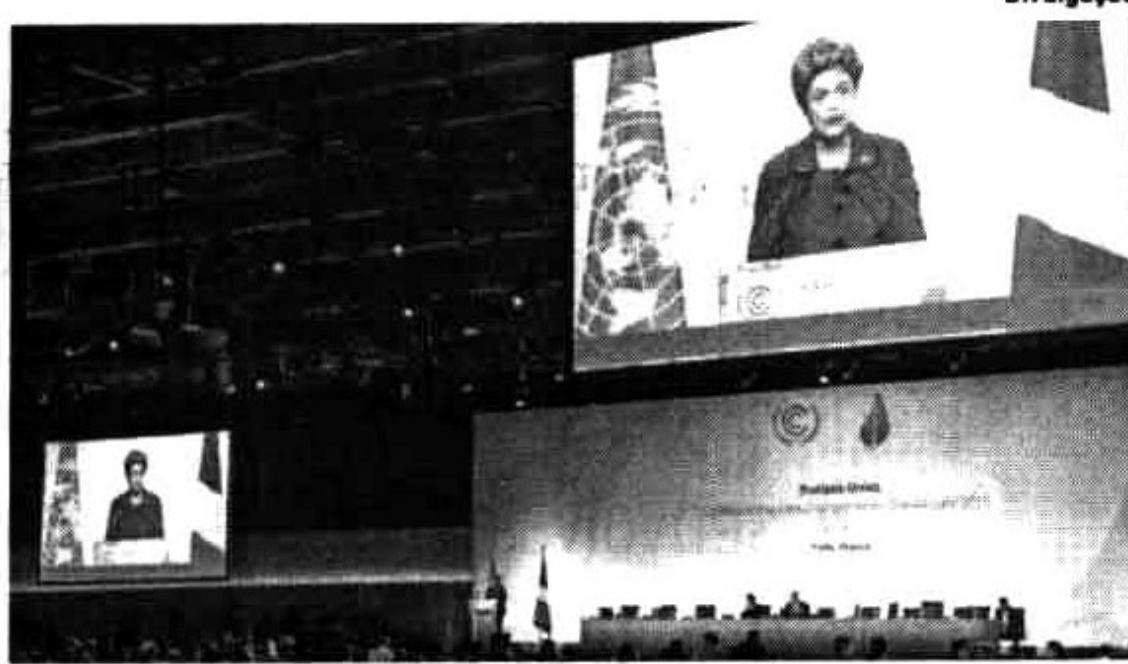
**A presidente retirou do Plano Plurianual 2016-2019 objetivos, metas e iniciativas voltadas para o fortalecimento das fontes renováveis na matriz energética brasileira, contradizendo seu discurso durante a COP de Paris, em dezembro passado**

Na semana passada, Dilma Rousseff vetou diversos pontos do Plano Plurianual (PPA) para o período de 2016-2019. No Programa 2033, com foco nos objetivos, metas e iniciativas para o setor de energia elétrica, todos os vetos dizem respeito às energias renováveis não hidráulicas e às energias alternativas. Os trechos no PPA que tratam de hidrelétricas e termelétricas (nenhum deles vetado pela presidente) superaram em muito aqueles que se referem a energias alternativas e renováveis.

O Objetivo 1169 do Programa diz "Promover o uso de sistemas e tecnologias visando a inserção de geração de energias renováveis na matriz elétrica brasileira" e foi vetado juntamente com as respectivas metas e iniciativas. Elas incluem a adição de 13.100 megawatts de capacidade instalada de geração de energia a partir de fontes renováveis; o incentivo ao uso de fontes renováveis por meio da geração distribuída; o uso de fonte solar fotovoltaica; e a implantação de projetos de desenvolvimento de fontes renováveis. Dilma também vetou iniciativas como "Implantação de Usinas de Fonte Solar em Instalações Públicas" e "Incentivo à Geração de Energias Renováveis".

"O veto não é condizente com os compromissos assumidos no acordo de Paris e não é condizente com os últimos leilões de energia que já estão priorizando energias renováveis no Brasil", afirma Paulo Artaxo, físico e professor da Universidade de São Paulo e referência mundial em mudanças climáticas. O ex-deputado Alfredo Sirkis, diretor executivo do Centro Brasil no Clima, considera a justificativa para o veto "surrealista, meio incompreensível".

Entre as razões, a presidente



Dilma se 'esquece' do que falou na COP21 ao assinar os vetos

escreve que "o Objetivo [1169] seria redundante em relação a outros objetivos existentes no PPA", o que "prejudicaria a expressão da política pública, a organização do planejamento e da atuação governamental prevista na estrutura programática do Plano". A justificativa do veto termina com a afirmação de que as fontes renováveis correspondem a cerca de 40% da matriz energética brasileira. O argumento da redundância foi utilizado para diversos outros vetos do PPA.

Sirkis considera que houve avanços recentes em relação às fontes solar e eólica no país, como "nova regulamentação do solar distribuído pela ANEEL [Agência Nacional de Energia Elétrica]" e o crescimento das energias eólicas. Em 2014, por exemplo, o Brasil foi o quarto colocado mundial na expansão da potência eólica. "[...] Não vamos superestimar os efeitos desses vetos. Mas também não devemos deixá-los passar em brancas nuvens senão virá mais retrocesso", afirma Sirkis.

"Eu a vi fazer uma defesa vibrante da solar na sua conferência de imprensa, na COP-21", lembra Sirkis em entrevista ao ISA. "Bem, passado o ano e em janeiro ela volta à sua postura tradicional, tudo isso é bobagem", é complementar, intermitente, ainda não conseguimos 'armazenar vento', solar é perfumaria, o negócio são grandes hidroelétricas e pau na moleira".

O presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), José Goldemberg, referência internacional na questão de energia, não conside-

ra os vetos "má vontade do governo com energias renováveis". Ele afirma que "esse documento [o PPA] não é um documento que realmente vai fixar políticas de governo, ele fixa linhas gerais". Para ele, os itens vetados podem ter sido considerados muito específicos pelo governo.

Já o pesquisador Paulo Artaxo cita as propostas brasileiras para a Conferência do Clima de Paris, realizada no fim do ano passado: "Se o Brasil, na sua INDC [o documento com as propostas de cada país para a Conferência do Clima], assumiu o compromisso de aumento da fração de energias renováveis, não faz sentido vetar um item, por exemplo, que implementa o incentivo ao uso de fonte solar fotovoltaica de geração de energia elétrica".

A INDC brasileira tinha como meta alcançar 45% de contribuição das energias renováveis - incluindo a hidrelétrica - na matriz até 2030. Em discurso na Conferência do Clima de Paris (COP-21), no fim do ano passado, Dilma destacou o papel das renováveis na redução de emissões: "O governo e a sociedade brasileira estão fazendo sua parte. [...] Seguimos com nossos esforços de ampliar a participação das energias renováveis na nossa matriz". Para o sócio-fundador do ISA, Márcio Santilli, são vetos do passado contra o futuro. "Esses vetos protegem o modelo corrupto de geração centralizada contra qualquer ameaça à sua hegemonia moribunda".

### Plano Plurianual

O Plano Plurianual é um instrumento com diretrizes para o desenvolvimento das políticas públicas do governo a médio prazo. Previsto pela Constituição, ele contém objetivos, metas e iniciativas para orientar as ações do Estado em um período de quatro anos em diversos setores, incluindo energia elétrica.

## COBRANÇA DE ICMS

# Acim é contra alterações nas regras

Demonstrando total contrariedade e tendo o apoio da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Facesp), o presidente da Associação Comercial e Industrial de Marília, Libânio Victor Nunes de Oliveira, posiciona-se contra as alterações nas regras de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em vigor desde o início do ano. Segundo as novas normas, previstas pelo Convênio 93/2015 do Confaz, o contribuinte, que já é obrigado a calcular as alíquotas do estado de origem, também deverá calcular as alíquotas do estado de destino do produto ou serviço que comercializa. "Isso é mais uma ação do Governo Federal, punindo a classe empreendedora", disse o dirigente em tom de revolta. "Isso onera o contribuinte e burocratiza o já complicado sistema tributário brasileiro", falou bravamente.

Diante desta situação as micro e pequenas empresas, sobretudo os estabelecimentos de e-commerce, podem se ver obrigadas a se cadastrar em até 27 secretarias estaduais da Fazenda e, mais do que isso, conhecer as legislações tributárias de cada um dos Estados brasileiros. "É sempre assim: ao invés de ajudar e estimular, o Governo Federal pune e sacrifica o empresário", lamentou o dirigente ao acreditar que as consequências dessas exigências absurdas poderão ser graves para as empresas, pois elas terão que optar entre não vender a consumidores de outros estados, ou correr grandes riscos de procurar cumprir mais uma bu-



Libânio Victor Nunes de Oliveira, presidente da Acim, preocupado com a condução da gestão pública

rocracia onerosa. "A sugestão da Facesp é que o contribuinte pague a integridade do ICMS ao fisco do estado de origem", disse Libânio Victor Nunes de Oliveira, que é o atual vice presidente da Facesp, no centro oeste paulista. "Esse, por sua vez, encaminhará o valor das alíquotas de destino a seus respectivos estados por meio de uma Câmara de Compensação e com base nas informações prestadas pelo contribuinte", explicou ao mostrar as complicações de mais um ato de descontrole do Governo Federal. "Infelizmente a União está na contramão do progresso", disse.

As associações comerciais paulistas estão entre as entidades que se manifestaram contrárias a situação. Fazem parte do manifesto: Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB), Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), Associação Brasileira de Automação para o Comércio (Afrac), Câmara e-net, Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas (CNDL), Confederação Nacional

da Indústria (CNI), Confederação Nacional das Micro e Pequenas Empresa e dos Empreendedores Individuais (Conampe), E-commerce Brasil, Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas (Fenacon) e Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis (Sescon).

Na opinião do presidente da Acim e vice-presidente da Facesp, o Governo Federal precisa estar ao lado do empreendedor, auxiliá-lo e estimulá-lo, ao invés de penalizá-lo com mais impostos ou elevação da carga tributária aumentando alíquotas e criando taxas. "A partir do momento que a União perceber que precisa estar ao lado do empresário para crescer, a situação será outra", afirmou. "Da forma como está estrangulando o empresário, a tendência é de que haja mais fechamento de empresas, menos postos de trabalho, diminuição da arrecadação de tributos e uma crise econômica sem precedentes", prevê o dirigente marliense preocupado com a situação em que se encaminha a gestão pública.

## DOMÉSTICO

# Empregado tem direito ao salário-família

**Benefício é um dos novos direitos do trabalhador**

De São Paulo - Com a aprovação da Lei Complementar n.º 150, de 1.º de junho de 2015, o empregado doméstico de baixa renda passou a ter direito, entre outros benefícios, a receber o salário-família. Até então, somente o empregado de empresa, o trabalhador avulso e o aposentado com mais de 60, se mulher, ou 65, se homem, tinham direito a esse benefício.

O salário-família é pago ao empregado que tem filho menor de 14 anos e o valor depende da remuneração do empregado doméstico. Se o trabalhador recebe salário mensal de até R\$ 806,80, o valor do salário-família é de R\$ 41,37. Já se salário estiver acima desse valor e até R\$1.212,64, a cota do salário-

família é de R\$ 29,16 para cada filho. Esses valores são reajustados anualmente.

O pagamento do salário-família é de responsabilidade do empregador doméstico, mas ele não terá que arcar com a despesa extra. Isto porque o patrão pode abate o valor pago a título de salário-família no momento de preencher a folha de pagamentos do mês, no Módulo Doméstico do eSocial (<http://www.esocial.gov.br/>). O eSocial é um sistema que permite o recolhimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais por meio de uma única guia de arrecadação para os empregadores domésticos.

Para a obtenção do direito, o empregado doméstico tem de apresentar ao patrão cópia da certidão de nascimento dos filhos, caderneta

de vacinação (ou equivalente) dos dependentes de até 6 anos de idade e comprovação de frequência escolar dos dependentes de 7 a 14 anos de idade.

**Direitos do Empregado Doméstico** - Com a Lei Complementar n.º 150, de 2015, que regulamentou a Emenda Constitucional n.º 72, de 3 de abril de 2013, os empregados domésticos passaram a ter direitos a novos direitos. Alguns desses direitos passaram a ser usufruídos logo após a edição da lei, como por exemplo, o adicional noturno, intervalos para descanso e alimentação etc. Outros direitos, como o FGTS, o seguro-desemprego e o salário-família, passaram a ser usufruídos pelos empregados domésticos a partir de outubro de 2015.

**DOE SANGUE**  
Colabore com o  
**Banco de Sangue do Hospital Veterinário da Unimar**  
Tel.: 2105-4065